

**EDcl no AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.434.997 - SP
(2019/0024797-8)**

**RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**
EMBARGANTE : JACQUES NEHMETALLAH KFOURI
ADVOGADOS : LEONARDO WATERMANN - SP246550
CLARISSA DE FARO TEIXEIRA HÖFLING E OUTRO(S) -
SP219068
EMBARGADO : ANTÔNIO BRUNO DI GIOVANNI BASSO
ADVOGADOS : ROBERTO PODVAL E OUTRO(S) - SP101458
LUÍS FERNANDO SILVEIRA BERALDO - SP206352
ALVARO AUGUSTO MACEDO VASQUES ORIONE SOUZA -
SP317282
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

PENAL E PROCESSO PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. VÍCIOS DO ART. 620 DO CPP. OMISSÃO, OBSCURIDADE E ERRO MATERIAL. INEXISTÊNCIA. DECISÃO EMBARGADA SUFICIENTEMENTE CLARA. INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO ESPECIAL. NÃO CONHECIMENTO. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NÃO PADECE DE VÍCIOS. EMBARGOS REJEITADOS.

DECISÃO

Trata-se de **embargos de declaração** opostos por **JACQUES NEHMETALLAH KKFOURI** contra decisão de minha lavra na qual não conheci do agravo em recurso especial (fls. 3.076-3.087).

Consta dos autos que o MM. Juízo de 1º Grau **condenou** ANTONIO BRUNO DI GIOVANNI BASSO pela prática do delito previsto no art. 343, parágrafo único, e 344, na forma do art. 69, **caput**, todos do Código Penal, à pena de **5 (cinco) anos de reclusão**, no regime inicial **fechado**, mais 26 dias-multa (fls. 1.446-1.468).

O eg. Tribunal de origem, em decisão unânime, deu parcial provimento ao recurso de **apelação criminal** da Defesa de ANTONIO BRUNO DI GIOVANNI BASSO, para reformar a sentença recorrida, alterar o regime inicial de

cumprimento da pena para o semiaberto e afastar o pagamento de indenização à vítima (fls. 1.830-1.845). Eis a ementa do acórdão:

"APELAÇÃO - COAÇÃO NO CURSO DO PROCESSO - AUTORIA E MATERIALIDADE DELITIVA COMPROVADAS. PRELIMINARES AFASTADAS. PENA BEM APLICADA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO PARA FIXAR O REGIME INICIAL SEMIABERTO E AFASTAR INDENIZAÇÃO À VÍTIMA."

Foram opostos **embargos de declaração**, por ambos os agravantes (fls. 1.856-1.872 e 1.874-1.879), e pelo **Parquet** estadual (fls. 1.883-1.888), tendo o eg. Tribunal **a quo**, à unanimidade de votos, rejeitado os aclaratórios, nos termos da ementa a seguir transcrita:

"Embargos de declaração Coação no curso do processo - Pretensão do Ministério Público alegando omissão na dosimetria da pena, fixação do regime e afastamento da indenização civil estabelecida em primeiro grau - Ausência de ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão (artigo 619, do CPP) - Embargos do MP rejeitados." (fl. 2.061).

Sobrevieram **recursos especiais**, interposto com fulcro nas alíneas **a e c** do permissivo constitucional.

1) JACQUES NEHMETALLAH KFOURI, em seu recurso, alegou ocorrência de dissídio jurisprudencial, por violação ao art. 33, § 3º, do Código Penal, e aos arts. 282, § 4º, 312, parágrafo único, e 387, inciso IV, todos do Código de Processo Penal (fls. 2.070-2.096). Para tanto, alega que:

a) *"No caso dos autos, além de não corresponder à verdade que o ora recorrido é primário, posto que já está inclusive cumprindo pena em caso de extorsão em que foi condenado por outro Tribunal, o próprio colegiado reconheceu as péssimas condições pessoais do réu, que cometeu crime de coação no curso do processo no curso de outro processo em que a vítima já testemunhava outra coação! Gravíssimo, reconheça-se!" (fl. 2.078);*

b) *"ao afastar a indenização aplicada em 1ª Instância, tornou o Tribunal letra morta o dispositivo da lei em questão, que determina expressamente a fixação da reparação mínima à vítima" (fl. 2.081);*

c) "o Tribunal deixou de converter as cautelares em prisão preventiva, tornando, com isso, letra morta o dispositivo do artigo 282 acima ventilado, bem como o artigo 312 do Código de Processo Penal" (fl. 2.083);

d) Para a comprovação do dissídio jurisprudencial, colaciona julgados proferidos em sede de **HC n. 00026687220158260242** e 0002668-72.2015.8.26.0242/SP, e deste Superior Tribunal (**HC n. 404.104/RJ**, Rel. Ministro Joel Ilan Paciornik, Dje 11/10/2017).

Foram apresentadas as **contrarrazões** (fls. 2.548-2.568 e 2.569-2.610)

O especial de **JACQUES NEHMETALLAH KFOURI** foi inadmitido na origem em razão da sua intempestividade (fl. 2.613).

Foram interpostos os respectivos **agravos**, nos quais os agravantes, em apertada síntese, repisam os argumentos expendidos no apelo nobre (fls. 2.621-2.707 e 2.772-2.777).

A Presidência desta eg. Corte Superior, em **despacho** de fl. 2.914, determinou a regularização do feito, com a respectiva juntada da representação processual. Regularizado o feito (fl. 2.916), os autos foram a mim atribuídos (fl. 2.936).

O Ministério Público Federal, em seu d. **parecer**, manifestou-se pelo **desprovimento** do agravo de **ANTONIO BRUNO DI GIOVANNI BASSO**. Em relação ao agravo de **JACQUES NEHMETALLAH KFOURI**, o **Parquet** opinou pelo provimento do recurso (fls. 2.939-2.961).

Em **decisão** de fls. 2.965-2.979, conheci do agravo interposto, para dar-lhe parcial provimento, nos termos da ementa a seguir transcrita:

"PENAL. AGRAVOS EM RECURSO ESPECIAL. COAÇÃO NO CURSO DO PROCESSO.

I) RECURSO DE ANTONIO BRUNO DI GIOVANNI BASSO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL QUE NÃO REFUTA TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

II) RECURSO DE JACQUES NEHMETALLAH KFOURI. ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVAÇÃO. HABEAS CORPUS UTILIZADOS COMO PARADIGMA. IMPRESTABILIDADE À COMPROVAÇÃO DO ALEGADO DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO DA PENA. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS. PLEITO DE MODIFICAÇÃO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. SÚMULA N. 568/STJ. REGIME FECHADO ADEQUADO. DANOS MORAIS ARBITRADOS PELO MM. JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE AFASTA A APLICAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. SENTENÇA RESTABELECIDADA. SÚMULA N. 568/STJ. PARECER FAVORÁVEL. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, PROVIDO."

ANTONIO BRUNO DI GIOVANNI BASSO interpôs **agravo regimental**, por meio do qual se alegou, em síntese, que:

a) "[...] a defesa, em seu agravo, atacou explicitamente todos os genéricos fundamentos utilizados pela Presidência do E. Tribunal "a quo" para negar seguimento ao recurso especial. Não há, portanto, qualquer óbice para o conhecimento do agravo e do recurso especial do peticionário" (fl. 3.005);

b) No que concerne ao **"ENFRENTAMENTO A RESPEITO DA NÃO APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 7, DESTE E. TRIBUNAL"** (fl. 3.007), menciona que *"não se trata de questões que demandam análise de prova"* (fl. 3.008);

c) No que diz respeito ao **"ENFRENTAMENTO A RESPEITO DA NÃO APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 518 DO E. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA"** (fl. 3.023), alega que *"o agravo em recurso especial da defesa atacou sim a (incorreta) aplicação da Súmula 518 ao presente caso"* (fl. 3.029);

d) No que pertine ao **"ENFRENTAMENTO A RESPEITO DA NÃO APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 284 DO E. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA"** (fl. 3.029), diz que *"a própria transcrição, feita no item anterior, dos tópicos contidos no recurso especial já demonstra que foram sim indicados os*

dispositivos legais, e de forma minuciosa" (fl. 3.030);

e) No que se refere ao "**PROVIMENTO PARCIAL DADO AO AGRAVO DO ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO**" (fl. 3.048), registra que "*o agravo interposto pelo assistente de acusação sequer deveria ter sido conhecido, já que intempestivo o recurso especial. Dessa forma, é de rigor o provimento do presente agravo regimental, de forma a que não seja conhecido o agravo em recurso especial do assistente de acusação*" (fl. 3.049);

f) E relação ao "**REGIME PRISIONAL FECHADO IMPOSTO AO AGRAVANTE: DESACERTO DA DECISÃO MONOCRÁTICA**" (fl. 3.054), pondera que "*o E. Tribunal "a quo" não abordou a questão relativa ao disposto no art. 33, §º 3º, do Código Penal, razão pela qual, à evidência, referida matéria não se encontra prequestionada*" (fl. 3.057);

g) "*o entendimento contido na r. decisão monocrática afronta o primado da individualização da pena, nos termos do art. 5º, inciso XLVI, da Constituição Federal*" (fl. 3.064).

Em **decisão** de fls. 3.076-3.087, reconsiderarei a decisão monocrática recorrida, nos termos da ementa a seguir transcrita:

"PENAL. AGRAVOS EM RECURSO ESPECIAL. COAÇÃO NO CURSO DO PROCESSO. DECISÃO MONOCRÁTICA RECONSIDERADA E TORNADA SEM EFEITO. I) RECURSO DE ANTONIO BRUNO DI GIOVANNI BASSO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL QUE NÃO REFUTA TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO. II) RECURSO DE JACQUES NEHMETALLAH KFOURI. ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO. INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO ESPECIAL. INTERPOSIÇÃO FORA DO PRAZO LEGAL DE 15 (QUINZE) DIAS CORRIDOS. ART. 994, INCISO VI, C.C. OS ARTS. 1.003, § 5º, E 1.029, TODOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. ART. 798, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. AGRAVOS EM RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDOS."

Daí a oposição dos presentes **embargos de declaração**, por meio dos quais se alega omissão, obscuridade e erro material no **decisum** embargado,

ao argumento de que:

a) "[...] não há que se falar em extemporaneidade do recurso especial da assistente de acusação. Muito pelo contrário, o recurso interposto pela assistente de acusação foi feito dentro do prazo e, inclusive, protocolado antes de seu esgotamento" (fl. 3.096);

b) "não há como se falar em extemporaneidade do recurso, eis que o prazo para a assistente de acusação não havia sequer começado a fluir quando, de forma diligente e antecipada, protocolou seu recurso especial. Não foi por outro motivo que, em 14 de maio de 2018, foi reiterado todo o seu teor, depois do retorno dos autos do Ministério Público, sem recurso (conforme cópia anexa)" (fl. 3.097);

Requer, ao final, "[...] sejam conhecidos e providos os presentes embargos de declaração, a fim de que seja restabelecido entendimento anteriormente proferido, eis que os requisitos legais, em específico, da tempestividade, foram absolutamente observados" (fl. 3.098).

É o relatório.

Decido.

São cabíveis embargos de declaração quando houver na decisão embargada qualquer contradição, omissão ou obscuridade a ser sanada, a teor do disposto no art. 620, **caput**, do Código de Processo Penal. Podem também ser admitidos para a correção de eventual erro material, consoante entendimento preconizado pela doutrina e jurisprudência, sendo possível, excepcionalmente, a alteração ou modificação do **decisum** embargado.

Não há, na hipótese, qualquer **omissão, obscuridade ou erro material** a serem sanados. O que pretende o embargante, na verdade, é o reexame da matéria já julgada, situação que não se coaduna com a estreita via dos declaratórios.

Em que pese tenha o embargante alegado que "[...] não há que se falar em extemporaneidade do recurso especial da assistente de acusação.

Muito pelo contrário, o recurso interposto pela assistente de acusação foi feito dentro do prazo e, inclusive, protocolado antes de seu esgotamento" (fl. 3.096), e que *"não há como se falar em extemporaneidade do recurso, eis que o prazo para a assistente de acusação não havia sequer começado a fluir quando, de forma diligente e antecipada, protocolou seu recurso especial. Não foi por outro motivo que, em 14 de maio de 2018, foi reiterado todo o seu teor, depois do retorno dos autos do Ministério Público, sem recurso (conforme cópia anexa)"* (fl. 3.097), da análise do **decisum** embargado, constata-se que os aclaratórios não merecem acolhimento.

De fato, por ocasião da prolação da decisão monocrática embargada, restou consignado que o recurso especial interposto por JACQUES NEHMETALLAH KFOURI foi, sim, interposto de forma intempestiva, motivo pelo qual não poderia ter sido conhecido.

Conforme mencionado no **decisum** embargado, o acórdão recorrido proferido em sede de apelação foi disponibilizado em 26/3/2018 e considerado publicado em **27/3/2018**, conforme certidão de fl. 2.068. Assim, ao contrário do que afirmado nos presentes embargos de declaração, o prazo recursal teve seu termo inicial em 28/3/2018 (quarta-feira), tendo findo no dia 11/4/2018, de acordo com a contagem de prazos em dias corridos prevista no artigo 798 do Código de Processo Penal. **Contudo**, o recurso especial foi protocolado somente em **16/4/2018** (segunda-feira), conforme fl. 2.070, quando já havia sido ultrapassado o prazo legal para sua interposição.

Não por outro motivo, o apelo nobre não foi conhecido pelo eg. Tribunal bandeirante, sob o argumento de que *"[c]onsoante se depreende da certidão lavrada às fls. 2.243, o v. aresto foi publicado em 27 de março de 2018. Já o recurso foi protocolado apenas aos 16 de abril de 2018 (fls. 2.245), portanto, fora do prazo legal, nos termos do disposto no § 5º, do artigo 1.003, do Código de Processo Civil, e no artigo 798, do Código de Processo Penal"* (fl. 2.613, grifei).

Com efeito, no **decisum** objurgado houve, sim, o devido

esclarecimento do motivo pelo qual houve a reconsideração do **decisum** de fls. 2.965-2.979. Para melhor elucidação, confira-se o seguinte excerto da decisão ora embargada (fls. 3.076-3.087):

"Extrai-se dos autos que o acórdão proferido em sede de apelação foi disponibilizado em 26/3/2018 e considerado publicado em 27/3/2018, conforme certidão de fl. 2.068. Assim, o prazo recursal teve seu termo inicial em 28/3/2018 (quarta-feira), tendo findo no dia 11/4/2018, de acordo com a contagem de prazos em dias corridos prevista no artigo 798 do Código de Processo Penal. Contudo, como bem ressaltado pelo ora recorrente, em seu reclamo, o recurso especial foi protocolado somente em 16/4/2018 (segunda-feira), conforme fl. 2.070, quando já havia sido ultrapassado o prazo legal para sua interposição.

*De fato, nos termos do que consignado pelo eg. Tribunal bandeirante, ao inadmitir o apelo nobre ali interposto por **JACQUES NEHMETALLAH KFOURI**, "[c]onsoante se depreende da certidão lavrada às fls. 2.243, o v. aresto foi publicado em 27 de março de 2018. Já o recurso foi protocolado apenas aos 16 de abril de 2018 (fls. 2.245), portanto, fora do prazo legal, nos termos do disposto no § 5º, do artigo 1.003, do Código de Processo Civil, e no artigo 798, do Código de Processo Penal" (fl. 2.613, grifei).*

*Dessa forma, inadmissível, porquanto intempestivo, eis que extrapolado o prazo de 15 (quinze) dias corridos, nos termos do art. 1.003, § 5º, do Código de Processo Civil, bem como do art. 798 do Código de Processo Penal, o recurso especial de **JACQUES NEHMETALLAH KFOURI**.*

*Nos termos da jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça "[é] intempestivo o recurso especial interposto fora do prazo de 15 dias corridos, nos termos do art. 994, VI, c/c os arts. 1.003, § 5º e 1.029, todos do Código de Processo Civil, e também art. 798 do Código de Processo Penal." (AgRg no AREsp n. 1.215.894/SP, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Nefi Cordeiro**, DJe de 29/06/2018).*

*Cumprе salientar, por oportuno, que a **Terceira Seção** deste Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o AgRg na Rcl n. 30.714/PB, Rel. Ministro **Reynaldo Soares da Fonseca**, DJe de 4/5/2016, firmou a tese de que **a contagem dos prazos em processo penal possui ordenação específica em dias corridos, consoante disposto no art. 798 do Código de Processo Penal.***

Além disso, importa lembrar que o art. 798 do Código de Processo Penal, em seu caput e § 1º, determina que "Todos os prazos correrão em cartório e serão contínuos e peremptórios, não se interrompendo por férias, domingo ou dia feriado" e que "Não se computará no prazo o dia do começo, incluindo-se, porém, o do vencimento".

Nesse sentido, destaco o seguinte precedente:

"PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO CONTRA DECISÃO DENEGATÓRIA DE RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO FORA DO PRAZO LEGAL. INTEMPESTIVIDADE. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Nos termos do entendimento desta Corte, nas ações que tratam de matéria penal ou processual penal não incidem as regras do artigo 219 do novo Código de Processo Civil, referente à contagem dos prazos em dias úteis, porquanto o Código de Processo Penal, em seu artigo 798, possui disposição específica a respeito da contagem dos prazos, in verbis: "Todos os prazos correrão em cartório e serão contínuos e peremptórios, não se interrompendo por férias, domingo ou dia feriado".

2. Agravo regimental a que se nega provimento" (AgRg no AREsp n. 962.681/DF, **Sexta Turma, Rel^a. Min^a. **Maria Thereza Assis Moura**, DJe de 27/9/2016, grifei).**

*Ante o exposto, com fulcro no art. 253, parágrafo único, inciso I, do Regimento Interno do STJ, **reconsidero** a decisão monocrática recorrida (fls. 2.965-2.979) e a torno **sem efeito**, para, nos termos da fundamentação retro, não conhecer do recurso especial interposto por **JACQUES NEHMETALLAH KFOURI**, tendo em vista a intempestividade do recurso especial, bem como para não conhecer do agravo interposto por **ANTONIO BRUNO DI GIOVANNI BASSO**, em face da ausência de impugnação aos fundamentos da decisão que inadmitiu o apelo nobre."*

Desse modo, conclui-se que a decisão monocrática objurgada demonstrou, de fato, o motivo pelo qual reconsiderou a decisão monocrática então recorrida, qual seja, o fato de ser intempestivo o recurso especial interposto pelo ora embargante na origem, nos termos do que registrado pelo eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, ao não conhecê-lo.

Assim, considerando todas essas circunstâncias, não se vislumbra qualquer omissão, obscuridade ou erro material na decisão ora embargada.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator